

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-014

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502604131	LEADER-SOR-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR
Morada (Sede Social)	
AV DA LIBERDADE 115	
Código Postal	Localidade
7400-000	PONTE DE SOR
NUT III	NUT II
Alto Alentejo	Alentejo
Telefone	E-mail
242204101	leadersor@mail.telepac.pt
Telefax	

242204101

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.leadensor.pt>

Associação empresarial (sem fins lucrativos)

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

João Luís de Sousa Jordão

Telefone Responsável

242204101

Cargo Responsável

Diretor da Leadensor

Telemóvel Responsável

910706598

Serviço/Departamento

Direção da Leadensor

Email Responsável

jjordao.leadensor@outlook.pt

Email Alternativo

leadensor@mail.telepac.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A Leadersor possui uma grande experiência de trabalho junto das populações e entidades dos seis Concelhos da zona de Intervenção. Esta experiência assenta designadamente na capacidade de gestão de recursos públicos, nacionais e comunitários, e no profundo conhecimento do território e das suas comunidades.

Este conhecimento dos recursos do território, das suas fragilidades e potencialidades que lhes são intrínsecas e daquelas que resultam da forma como estão organizadas as iniciativas que os mobilizam, constitui um património relevante da Leadersor, e um valor acrescentado para as entidades promotoras de projetos, pois resultam numa convergência mais eficaz e mais eficiente dos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento rural local.

Grande parte desta experiência foi adquirida ao longo das três gerações do Programa Leader e do Eixo 3 do PRODER. Destaca-se, sobretudo, a preocupação de integrar atuações mobilizadoras de recursos de várias origens que potenciam as condições de revitalização da base económica local, por aproveitamento dos recursos endógenos. De salientar que a Leadersor tem desenvolvido uma grande proximidade com os atores locais (públicos e privados) e a população, sendo um elemento chave na massa crítica da sub-região, nomeadamente pelo papel que desempenha na suscitação de novas iniciativas de valorização económica sustentável dos recursos existentes. A postura ativa e liderante da Leadersor levou a que, ao longo dos anos, tenha participado diretamente em diversos projetos e iniciativas.

Assim, além de todo o apoio a promotores no desenvolvimento de projetos alinhadas com as estratégias pré-definidas e aprovadas, existe uma preocupação constante em desenvolver iniciativas que contribuam para a aquisição interna de competências e para a animação do território, das quais nos permitimos destacar, a título de exemplo as seguintes:

- Presença, com produtores e outros agentes sociais locais em diversos certames nacionais e internacionais, tais como a Ovibeja, o SISAB, a Alimentaria, a Feira Internacional do Artesanato, a Feira Nacional da Agricultura e a iniciativa Portugal Agro, bem como iniciativas diversas ligadas ao desenvolvimento rural e local na Alemanha e em França;
- Iniciativas desportivas, tais como o balonismo e o campeonato do mundo de raides equestres em Fronteira);
- Estudos, projetos e seminários, nomeadamente sobre o montado de sobro e organização da feira agroflorestal da Ponte de Sor.

O público-alvo destas e de outras iniciativas foi sempre constituído por atores locais e sub-regionais, tanto agentes económicos como sociais, com domínios de atividade que vão desde a agricultura à indústria agroalimentar, do desporto à cultura, do turismo à gastronomia e artesanato, procurando sempre cobrir o maior leque possível da população dos territórios de influência.

Em simultâneo, e sempre que possível, algumas das iniciativas visaram trazer ao território agentes e experiências de outras regiões, tirando partido do enriquecimento e qualificação que essas trocas proporcionam, bem como divulgar a identidade da região.

Como já atrás foi referido, a Leadersor tem já mais de 23 anos de experiência de gestão de fundos comunitários para o desenvolvimento rural local. Efetivamente, ao longo deste já longo período, os territórios de atuação aqui em causa, têm sido abrangidos sucessivamente pelas iniciativas comunitárias vertidas nos programas Leader I, Leader II, Leader + e Sub eixo 3 do PRODER. Em todas estas situações, tem sido a Leadersor a entidade gestora dos programas e subvenções, com a responsabilidade pela definição, gestão e implementação dos diferentes planos de ação e desenvolvimento no território. Esta experiência de mais de duas décadas em matéria de gestão de políticas de desenvolvimento rural e local tem assentado essencialmente numa estratégia de valorização dos recursos endógenos existentes nos Concelhos que integram a sub-região bem como na criação e reconversão de postos de trabalho através do aumento da competitividade do tecido empresarial e da coesão social e territorial.

Os programas referidos foram geridos com base numa estrutura organizacional em tudo idêntica à que agora existe, e que se pretende seja utilizada na gestão da DLBC Rural que se candidata.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
502604131	LEADER-SOR-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR	22/08/1991	22/08/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

501898751	Acorpsor - Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor	23/09/1986	28/09/1988	94110	Associações e fundações privadas
502180641	AFLOSOR - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRO-FLORESTAIS DA REGIÃO DE PONTE DE SOR	27/02/1989	27/02/1989	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
501641688	G.E.S. - Gabinete de Engenharia do Sor, Lda	15/01/1986	04/04/1986	74202	Empresas
508199557	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Nordeste Alentejano, CRL	17/12/2007	17/12/2007	64190	Atividades Financeiras
503233897	ASSOCIAÇÃO GENTE - DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS	28/06/1994	28/06/2014	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
500032408	ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIARIOS DO VALE DO SORRAIA	30/11/1955	01/01/1986	94110	Associações Públicas
503116360	Montes Alentejanos - Associação de Turismo Integrado	24/11/1993	01/01/1994	94995	Associações e fundações privadas
508586720	Associação Nova Cultura	09/06/2008	09/06/2008	90030	Associações e fundações privadas
503180610	ANTA DE CIMA - SOCIEDADE AGRÍCOLA, UNIPESSOAL LDA	26/04/1994	05/04/1994	01500	Sociedades Comerciais
500096716	Empresa Industrial de Pimentão, Lda	01/10/1944	01/10/1944	10912	Empresas
500138117	INCOPIIL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PIMENTÃO S.A.	23/05/1974	23/05/1974	10395	Sociedades Comerciais
510050484	SOCIEDADE AGRICOLA HERDADE DO GAMOAL, LDA	03/11/2011	03/11/2011	01280	Sociedades Comerciais
503309265	ACIPS - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PONTE DE SÔR	01/03/1994	02/04/1994	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500874719	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PONTE DE SOR	25/07/1951	25/07/1951	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
134994531	Mário Olímpio Alves Varela Martins				Pessoa singular
195293525	Paulo Jorge Cardoso Ribeiro				Pessoa singular

120321203	João Maria Salgado de Goes					Pessoa singular
123701554	Fernando António Gomes Farinha Pereira					Pessoa singular
135221510	António Manuel Godinho Calheiros de Azevedo					Pessoa singular
121303675	Luís Miguel Henriques da Cruz Bucho					Pessoa singular
114901554	Fernando Maria Pereira Valadares Couceiros					Pessoa singular
190561025	Rui Adegas Lobo Varela					Pessoa singular
108012352	José Luís Henriques Alves Bento					Pessoa singular
120352435	Manuel Maria Salgado de Goes			01/05/1990	1500	Pessoa singular
116164441	José Guilherme Salgado de Goes			12/04/1989	1500	Pessoa singular
164003339	José Maria Pinto Basto Mascarenhas			20/07/2005	1100	Pessoa singular
100390986	Maria da Conceição Figueira Rodrigues			01/02/2012	6010	Pessoa singular
181668629	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome			09/12/1994	1401	Pessoa singular
180568116	Francisco Garcia de Almeida Garrett			26/11/2002	1290	Pessoa singular
138874964	Pedro Manuel de Sousa Gomes Camões e Vasconcelos			03/11/1988	1500	Pessoa singular
210070404	João Luis Martins de Sousa Jordão			11/09/2009	2100	Pessoa singular
506865517	MUNICÍPIO DE GAVIÃO			01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501132872	MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO	01/01/1986		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501129103	MUNICIPIO DE MORA	02/11/2009		02/11/2009	84113	Autarquias Locais
506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR				84113	Autarquias Locais
501162941	MUNICÍPIO DE FRONTEIRA			01/01/1992	84113	Autarquias Locais
502789824	MUNICIPIO DE AVIS			10/04/1976	84113	Autarquias Locais
600070638	ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ALTER DO CHÃO	03/07/2012		03/07/2012	85320	Escola Profissional Pública

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Alto Alentejo

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Alentejo	Alto Alentejo	Alter do Chão		16,60%
Alentejo	Alto Alentejo	Avis		16,60%
Alentejo	Alto Alentejo	Fronteira		16,60%
Alentejo	Alto Alentejo	Gavião		16,60%
Alentejo	Alto Alentejo	Ponte de Sor		17,00%
Alentejo	Alentejo Central	Mora		16,60%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A caracterização do território de incidência vai ser efetuada com base nas seguintes áreas temáticas: (1) demografia, coesão social, identidade do território, (2) emprego e competitividade económica, (3) agricultura, florestas e recursos naturais e (4) recursos turísticos (natureza, história, cultura, desporto, artesanato). Do ponto de vista demográfico, e para além dos elementos já referidos em pontos anteriores deste documento (população residente de 37.375 habitantes e densidade populacional média de 13,37 habitantes/km²), os territórios em causa apresentam uma população mais envelhecida do que o Continente e do que o próprio Alto Alentejo. A evolução entre 2001 e 2011, no conjunto dos 6 concelhos, agrava ainda mais este envelhecimento. Em termos absolutos, a população residente nestes territórios diminuiu 10,3%, tendo a maior quebra sido sentida na população com menos de 25 anos (menos 20,9%), acentuando-se quer o fenómeno de desertificação humana quer de envelhecimento.

O território caracteriza-se por uma população com níveis de escolaridade claramente abaixo dos níveis apresentados pela população do Alto Alentejo e do Continente. De facto, apenas 6,9% da população tem um curso superior completo, enquanto cerca de 29% não sabe ler nem escrever. Cerca de 35% da população residente tem apenas a 4ª classe, e apenas 12,2% têm o 12º ano concluído. De qualquer forma, registre-se a evolução positiva neste domínio, entre 2001 e 2011.

Em relação ao emprego e competitividade da economia (2001 e 2011), os territórios apresentam sempre níveis de emprego mais baixos do que o Continente e do que o Alto Alentejo, tendo-se verificado inclusive uma redução da população empregada (de 37,6% para 34,4%). Significativo é também o facto de o setor primário ser responsável por uma proporção de emprego muito mais significativa do que no Alto Alentejo, o que vem acentuar a ruralidade da sua natureza. No entanto, entre 2001 e 2011, o peso dos setores primário e secundário no emprego diminuiu, tendo-se reforçado muito o peso do setor terciário – de 56,5% passa para 66,6% dos empregos.

Em 2012 existiam na zona de intervenção 3.229 empresas, das quais apenas 76 empregam mais de 10 pessoas. Assim, na região em causa, localizam-se cerca de 30% das empresas existentes no Alto Alentejo. A evolução entre 2004 e 2012 foi no sentido de uma diminuição generalizada do número de empresas, tanto nas de maior dimensão como nas de menor dimensão.

De acordo com a informação recolhida, verifica-se que entre 2004 e 2012 o VAB gerado no território de

atuação decresceu 7,7%, variação mais negativa do que no Continente (menos 0,3%) mas menos negativa do que no Alto Alentejo (menos 8,8%).

O maior número de empresas constituídas e com atividade na zona de influência da LEADERSOR inclui-se no setor “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, com mais de 600 das cerca de 3.100 empresas existentes. Para além destas, vale a pena referir que, no âmbito dos objetivos deste Diagnóstico, e embora não se disponha de dados estatísticos com a desagregação regional necessária, assumem relevância para esta região as indústrias de base alimentar (com pelo menos 71 empresas) e de base florestal (com pelo menos 119 empresas). Também o setor dos serviços é particularmente relevante e, dentro deste, os serviços ligados ao Turismo.

Em relação à atividade agroflorestal, refira-se a sua dominância em termos de ocupação do território (SAU de 212.774 ha, valor superior ao de 1989 e 1999, ocupa 76% da superfície total dos territórios de atuação). A sua articulação com o turismo em espaço rural e com outras atividades económicas situadas a montante e a jusante (tais como o artesanato de qualidade, a agroindústria e as atividades de lazer que aproveitem as albufeiras de Montargil e do Maranhão) poderão ser geradoras de um impacto assinalável nos níveis de desenvolvimento sustentado da região.

No que se refere ao número de explorações agrícolas, verifica-se um decréscimo acentuado no território. Esta redução estará provavelmente associada a um ajustamento estrutural das explorações agrícolas, passando as explorações agrícolas a ter uma dimensão superior.

A área das culturas temporárias reduziu-se mas, dentro desta, a importância das culturas forrageiras e prados temporários têm-se mantido praticamente constante.

Em relação à evolução da área das culturas permanentes, nos territórios de atuação, esta sofreu um acréscimo significativo, que se ficou a dever fundamentalmente ao Olival e aos Frutos de Casca Rija. Entre 1989 e 2009, a superfície irrigável reduziu-se cerca de 13% nos territórios de atuação. Foram regados, nos três últimos anos, uma média de 26.739 hectares, sendo que, em média, os concelhos incluídos no território de atuação contribuíram com uma parte relativamente reduzida dessa área (apenas 2.274 hectares), uma vez que as áreas regadas a partir das duas grandes albufeiras se encontram a jusante deste território.

A intensificação da mecanização resulta evidente dos dois indicadores que a seguir se apresentam: o aumento do nº de tratores por exploração (passando de 0,4 para 0,7) e o aumento do nº de tratores por cada 100 ha de SAU que atinge o valor 1 em 2009.

Vale a pena reter que, de entre as diversas espécies de ruminantes, os Ovinos foram aquela que menos viu diminuir o seu efetivo, fazendo jus à tradição que a ovinicultura extensiva tem nos territórios de atuação.

Em relação à mão-de-obra utilizada na agricultura, em 2009 os concelhos do território de atuação caracterizavam-se por um volume de trabalho de 2.812 UTA, das quais 1.330 familiares (menos de 50%), tendo-se reduzido o volume total de mão-de-obra entre 2009 e 1989.

Relativamente à tendência para a diversificação de atividades lucrativas não agrícolas, observa-se que, entre 1999 e 2009, a principal alteração relaciona-se com o extraordinário aumento das explorações que desenvolveram este tipo de diversificação: de 191 em 1999, passou-se para 688 em 2009. De entre as atividades referidas, merece especial reparo a redução da importância das atividades de transformação de produtos alimentares e turismo rural.

Finalmente, em relação ao Turismo, embora não tenha sido possível coligir informação sistematizada relativa aos territórios abrangidos pela Parceria, este é um setor de atividade económica que merece destaque neste Diagnóstico. De facto, a região de Montargil e Maranhão tem recursos naturais, históricos e culturais que poderão permitir um crescimento sustentado da atividade turística, desde que apoiada por uma estratégia comum. Realce-se a inclusão do Turismo do Alentejo na atual Parceria, e a estreita colaboração com esta entidade na definição da vertente turística que consta na EDL que agora se submete.

No entanto, as excelentes condições para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer que existem no território, bem como as características de alguns dos elementos da Parceria, tornam incontornável que aqui realcemos algumas das principais valências turísticas destes territórios.

- Recursos naturais, paisagísticos e hídricos

A diversidade da paisagem permite avaliar como elevado o potencial para os produtos construídos em torno do Turismo de Natureza;

A observação de aves representa hoje um enorme mercado turístico. Na região de Montargil e Maranhão existem mais de 250 espécies de aves (www.e-bird.com)

A água, que na região está presente de forma marcante em diversos rios e ribeiras, assume o seu expoente mais espetacular nas albufeiras de Montargil e Maranhão, que potenciam o turismo náutico, já com elevada procura por parte de equipas desportivas internacionais (remo e canoagem); merece aqui referência o projeto de construção de uma nova albufeira – a albufeira do Pisão – que, a concretizar-se aumentará muito este potencial:

Também a presença da estância termal de Cabeço de Vide em Fronteira, evidencia potencial ainda por explorar em matéria de “turismo da saúde”.

- Recursos históricos, etnográficos, gastronómicos e de artes e ofícios tradicionais

Região rica em monumentos de origem religiosa, civil e militar que potenciam a idealização de produtos de turismo temático;

A era do megalítico está muito bem representada na região, com destaque para monumentos fúnebres e para a arte rupestre. Devidamente articulados em percursos especializados poderá assumir uma dimensão muito interessante. Refira-se a existência, em Mora, do projeto de um Museu Virtual do Megalítico, dinamizado por um membro da Parceria, a MorAlentejo.

- Recursos cinegéticos, piscícolas e biodiversidade

A caça e a pesca, ligadas a dois importantes grupos de recursos (cinegéticos e piscícolas), têm um enorme potencial na região, embora apresentem atualmente um conjunto de debilidades que deverão ser ultrapassadas para que tal potencial possa ter expressão turística.

Poucas regiões apresentam um palmarés tão vasto em matéria de realização de provas de pesca desportiva, tanto nacionais como internacionais; o Fluviário de Mora e a Morapesca são já complementos desta atividade, e surgem na sequência do reconhecimento da sua importância;

A diversidade de espécies existentes adequadas à pesca conjugada com as condições naturais existentes permitem fazer praticamente todos os tipos de pesca de água doce.

A caça deverá merecer um olhar atento, pois a dinamização do turismo cinegético dependerá muito da capacidade das Zonas de Caça (turísticas, associativas ou municipais) conseguirem promover o crescimento sustentável das populações cinegéticas.

A Biodiversidade, nas suas múltiplas manifestações, está muito relacionada com diversas das dimensões anteriores.

- Recursos equestres e falcoaria

Localiza-se na região a base da Coudelaria de Alter Real, que é a coudelaria mais antiga da Europa com a mesma localização, e um símbolo da portugalidade associado ao mundo equestre (puro sangue Lusitano). Para além do valor genético e histórico que representa, em torno da Coudelaria existe um valioso património construído que apresenta um evidente potencial turístico ligado ao cavalo.

Deve dar-se relevo ao facto da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão (EPDRAC, também membro da Parceria) estar localizada nas instalações da Coudelaria, constituindo-se como um forte aliado no desenvolvimento de atividades turísticas que valorizem estes recursos equestres.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Importância das empresas com atividade agrícola (mais de 20% do total) e transformação de produtos agrícolas e florestais (cerca de 10% do total)

Boas condições para a produção de matérias-primas agrícolas e florestais

Importância da área de produção de frutos de casca rija

Potencial para a diversificação da atividade das explorações agrícolas,

Aproveitamento Hidroagrícola do Crato-Pisão

Polo do IP de Portalegre e EPDRAC (Alter)

Capacidade de atração e fixação de emigrantes

Entidades diversas com experiência em Desenvolvimento Local

Recursos potenciadores de criação de autoemprego

Potencial de fileiras agroalimentares

Potencial do património existente

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

Quebra de competitividade na produção de produtos agrícolas

A.H. do Pisão não prioritário no PDR

Êxodo das populações

Declínio e abandono de atividades tradicionais

Falta de integração das empresas numa lógica de fileira

Risco de perda de património construído e cultural

Risco de descaraterização dos valores da coudelaria de Alter Real

Desarticulação da rede de oferta de produtos turísticos

Principais Pontos Fracos

Território na Rede Natura 2000
Diversidade de recursos primários mobilizáveis
Associações de produtores locais e regionais bem sedimentadas
Turismo, artesanato e energia acolhidos na diversificação de atividades nas explorações
Localização geográfica favorável
Presença de entidades com experiência na formação e qualificação
Nível de preservação do meio natural
Ligação identitária de parte significativa da população à agricultura
Produtos tradicionais certificados e de qualidade
Relevância do património histórico, cultural e natural
Dotação e notoriedade de infraestruturas de apoio à atividade turística (equestres, náuticas, rurais)

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Escassez de superfície irrigável
Baixa densidade populacional
População envelhecida
População com baixos níveis de escolaridade
Reduzido nível de riqueza per capita
Baixo nível de população empregada
Elevada proporção de indivíduos sem atividade económica
Reduzido número de empresas
Setor terciário incipiente em matéria de diversidade e qualificação
Insuficiente definição dos produtos turísticos regionais
Escala reduzida de oferta de produtos turísticos e culturais

Agricultura, floresta e recursos naturais

Desafios

Especialização produtiva das explorações com ovinos

Utilização do regadio existente

Aproveitar a importância crescente das áreas de frutos de casca rija

Fomentar a adoção de tecnologias mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental

Promover a diversificação da atividade das explorações agrícolas

Fatores críticos de sucesso

Instalação de unidades de primeira transformação de matérias-primas locais

Alinhar empresas e outras entidades numa lógica de fileira

Criar condições para o aumento do capital produtivo

Estimular a instalação de atividades económicas de apoio complementares à agricultura e indústria

Criar condições para o desenvolvimento da atividade florestal, agrícola e pecuária

Promover a gestão sustentável da floresta e a valorização dos ecossistemas associados ao montado

Demografia, coesão social e identidade do território

Desafios

Aumentar a fixação de população

Conferir atratividade para a população mais jovem

Promover a formação e qualificação das populações

Fatores críticos de sucesso

Valorizar a água como elemento potenciador de atividades agrícolas e de atração turística

Valorização de alternativas energéticas sustentáveis

Promover a inovação ao serviço do ambiente, focada no estímulo às práticas que promovam a adaptação às alterações climáticas

Estimular a proximidade e a colaboração entre as entidades que produzem conhecimento e as empresas

Promover a valorização do património natural, produtivo, cultural e artístico

Emprego e competitividade económica

Desafios

Fomentar a criação de empresas e de emprego

Fomentar a inovação e o empreendedorismo na região

Aumentar o número de empresas

Promover a diversificação da atividade no seio das explorações agrícolas

Aproveitar a utilização e aumentar o potencial instalado das indústrias transformadoras de produtos agrícolas

Fatores críticos de sucesso

Criar dinâmicas de apoio à iniciativa empresarial

Estimular a inovação, através da transferência do conhecimento sob a forma de tecnologia

Estimular formas inovadoras de valorização dos recursos humanos existentes

Promover a criação de valor e a sua apropriação pelos territórios em causa

Promover as sinergias e o espírito associativo entre os agentes económicos do território

Promover a cooperação com entidades dos territórios confinantes

Valorização turística dos recursos históricos, culturais, desporto e artesanato

Desafios

Definição dos produtos turísticos que aproveitem a diversidade e potencial dos recursos existentes

Criar fortes sinergias suprarregionais, integrando as estratégias setoriais do Alto Alentejo e do Alentejo

Fatores críticos de sucesso

Incentivar a promoção turística e a sua integração no plano estratégico de turismo do Alentejo

Fomentar o turismo cinegético e a criação de micro parques naturais

Dinamizar a criação de uma marca chapéu, ou a utilização de uma já existente

Valorizar, proteger, conservar e promover o património paisagístico e ambiental da região

Potenciar mecanismos de apoio às empresas do setor turístico e a organizações do setor da economia social

Incentivar a promoção turística e a sua integração no plano estratégico de turismo do Alentejo

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Área Temática 1 - Agricultura, florestas e recursos naturais

OE1.1 - Aumentar a competitividade da produção agrícola

OE1.2 - Fomentar a instalação de atividades de primeira transformação de produtos agrícolas e florestais e atividades complementares

OE1.3 - Fixar trabalhadores e empresários agrícolas

OE1.4 - Promover o consumo local de bens e serviços

OE1.5 - Inovar com qualidade os produtos e processos com tradição

Área Temática 2 - Demografia, coesão social e identidade do território

OE2.1 - Melhorar competências e qualificações dos recursos humanos

OE2.2 - Aumentar o grau de coesão territorial através do seu tecido económico produtivo

OE2.3 - Maximizar a inclusão das comunidades nas ações promovidas pela EDL

Área Temática 3 - Emprego e competitividade económica

OE3.1 - Aumentar a iniciativa empresarial ligada ao meio rural

OE3.2 - Densificar e diversificar o tecido e o capital produtivo

OE3.3 - Aumentar de forma sustentada o número de postos de trabalho, nomeadamente jovens

Área Temática 4 - Valorização dos recursos históricos, culturais, desporto e artesanato

OE4.1 - Valorizar o património natural, cultural e histórico

2. INDICADORES DE RESULTADOS ESTRATÉGICOS

(i) Despesa FEADER = 2.599.020,68 €

(ii) Nº de projetos apoiados FEADER = 179

(iii) Nº explorações ou entidades apoiadas FEADER = 149

(iv) Nº beneficiários apoiados FEADER = 152

(v) Nº empregos criados FEADER = 104

(vi) Nº pessoas apoiadas na criação de próprio emprego FEDER/FSE = 100

(vii) % pessoas apoiadas na criação sustentável de emprego (12 meses) FEDER/FSE = 55%

(viii) Efeito multiplicador no investimento privado FEDER/FSE = 1,8

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS | RESULTADOS ESPERADOS

Promover o investimento na agricultura e floresta | Investimento nas explorações = 2.364.467 € \ Nº projetos apoiados = 127

Promover investimento em atividades de primeira transformação de matérias-primas agrícolas e florestais |

Investimento na transformação e comercialização = 2.224.398 € \ Nº projetos apoiados = 17 \ Peso de matéria-prima local (projetos apoiados) = 50%

Aumentar o valor acrescentado do VAB do complexo agroflorestal da região | Variação no VABpb agroflorestal no período = 10%

Apoiar iniciativas potenciadoras do comércio local | Investimento em iniciativas de promoção do consumo local = 452.575 € \ Nº de iniciativas apoiadas = 10

Promover o reconhecimento dos produtos de qualidade | Investimento em promoção de produtos locais = 452.575 € \ Produtos com qualidade reconhecida promovidos = 40

Potenciar a disponibilidade de água para rega e a produção de proteaginosas | Nº de iniciativas de cooperação apoiadas = 3 \ Investimento em iniciativas de cooperação = 231.250 €

Promover a renovação de aldeias | Nº intervenções em aldeias = 3

Diversificar atividades económicas em meio rural | Investimento em diversificação de atividades = 1.457.362 €

Promover o emprego | Nº empregos criados = 140 \ Nº de postos de trabalho criados em autoemprego = 100

Promover o crescimento económico | Variação no VABpb no período = 10% \ Nº empresas apoiadas no âmbito da EDL = 204 \ Nº empresas criadas = 20

Promover intervenções valorizadoras dos recursos em áreas classificadas | Investimento em valorização em áreas classificadas = 109.402 € \ Nº iniciativas apoiadas = 3

Promover intervenções valorizadoras do património histórico e cultural, incluindo artesanato e gastronomia | Investimento em valorização de património histórico e cultural = 109.412 € \ Nº de iniciativas apoiadas = 3

Incentivar a promoção turística no âmbito do plano estratégico POTAA | Nº de visitas em projetos apoiados pela EDL = 1000 \ Nº de ações de promoção apoiadas = 8 \ Investimento em promoção turística = 54.706 €

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Após a aprovação da versão final da EDL, decorrerão em contínuo uma série de ações que visam fortalecer o empenho dos parceiros e das comunidades locais no cumprimento da EDL. De entre elas, destacam-se 2 reuniões/ano do Conselho Consultivo Alargado de Parceiros, garantindo-se assim um envolvimento permanente de todos os Parceiros e entidades com quem a Leadersor estabeleceu protocolos. O Órgão de Gestão manterá, como lhe compete uma monitorização efetiva da execução da EDL, que deverá ser formalmente submetida à Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal.

De entre o conjunto de mecanismos adicionais, destacamos os seguintes:

- a Leadersor tem as suas instalações localizadas num edifício no qual se localizam igualmente as sedes de outras organizações do movimento associativo da região, o que contribui, fruto da frequência dos associados dessas outras associações, para a possibilidade de manter um contato mais estreito com as comunidades; realça-se que, por exemplo, a Acorsor tem cerca de 100 associados que, com frequência, têm que se deslocar à sede para diversas burocracias relacionadas com o efetivo pecuário que detêm;
- serão promovidos encontros entre ex e futuros beneficiários, por tipologia de projetos a submeter, tirando-se assim partido da possibilidade de transmissão da experiência entre elementos diversos da comunidade;
- será criado um fórum virtual, através de uma plataforma informática, que terá áreas de acesso distintas (por tipologia de parceiros – associados e externos -, por categorias de beneficiários, por tipologia de projetos, etc...), que permitirá uma permanente discussão dos diversos assuntos relevantes para as diversas fases de execução da EDL;
- sempre que possível, e desde que estejam garantidas as condições logísticas para tal, o local de realização das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho Consultivo Alargado de Parceiros será rotativo entre os diversos concelhos da região de intervenção;
- serão elaborados, à medida que forem sendo executados, dossiers resumo dos diversos projetos e iniciativas que vierem a ser financiados e, sempre que possível, serão igualmente produzidos outros tipos de materiais de divulgação das realizações da DLBC, tais como vídeos ou brochuras.
- Serão efetuadas, em todos os concelhos da zona de influência, sessões de divulgação do conjunto de operações/iniciativas/investimentos abrangidas no âmbito da EDL aprovada. Estas ações realizar-se-ão com uma periodicidade semestral, sendo que a primeira se realizará, em cada concelho, no primeiro trimestre após aprovação da EDL;
- Serão preparados folhetos informativos sobre as diversas tipologias de iniciativas elegíveis no âmbito da EDL, a distribuir através das diversas entidades que fazem parte da Parceria e daquelas com quem foram estabelecidos protocolos;
- A Leadersor, em colaboração com os 6 municípios da zona de influência, assegurará um “balcão” de informações sobre as iniciativas a apoiar no âmbito da EDL junto de cada câmara municipal; estes balcões funcionarão em permanência durante o período de vigência da EDL.
- Realização, com uma periodicidade mínima semestral, de reuniões do Conselho Consultivo Alargado de Parceiros visando discutir a implementação da EDL, identificar lacunas e dinamizar o seu funcionamento.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Como já foi atrás referidos, a EDL foi concebida de modo a assegurar permanentemente a coerência com a estratégia de desenvolvimento territorial estabelecida para a NUT III Alto Alentejo (“Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alto Alentejo2020” aprovado em Dezembro de 2014). Esta coerência e articulação foi garantida tanto no domínio dos princípios (identificando prioridades e áreas temáticas convergentes, apontando traços comuns no diagnóstico estratégico, focando objetivos idênticos ou complementares e dirigindo a ação através de eixos e medidas articulados) como no domínio da conceção (inclusão, no âmbito da Parceria, das Autarquias dos 6 municípios que constituem o território de atuação, interagindo em diversas fases com os restantes municípios membros da CIMAA e incorporando os diversos contributos que desses contatos resultaram).

Em relação ao diagnóstico estratégico (pg. 91 e ss), a EIDT do Alto Alentejo inclui a generalidade das conclusões apontadas na EDL que agora se propõe, das quais destacamos:

- Perda acentuada de população nas últimas décadas;
- Estrangulamento do crescimento natural e reforço dos indicadores de envelhecimento;
- Prolongamento do ciclo económico recessivo com implicações no atraso do lançamento de projetos;
- Agravamento dos condicionalismos demográficos sociais e económicos;
- Existência de nichos de produção singular e diferenciadora para a estruturação de um cluster de produção animal, com produções certificadas de elevada qualidade;
- Tradição e cultura industrial em áreas relevantes (agroindústrias e indústria corticeira, p.ex.);
- Valioso património natural e cultural, gerador de oportunidades para incentivar a competitividade e

atratividade territoriais;

- Desenvolvimento de energias renováveis baseado no aproveitamento e valorização da biomassa;
- Documentos de orientação estratégica e operacional recentes em domínios de intervenção estruturantes para o desenvolvimento do Alto Alentejo (Energia, Educação/Formação, Mobilidade, TIC, Turismo, Economia Social, ...).

No domínio das prioridades estratégicas e áreas temáticas comuns, realçam-se as seguintes (pg. 13 da EIDT da CIMAA):

- Identificação da barragem do Pisão como investimento essencial e catalisador do desenvolvimento do território;
 - Aposta na qualidade dos produtos endógenos, no aumento de valor decorrente da transformação, divulgação e comercialização;
 - Condições de instalação e desenvolvimento de energias alternativas para as quais o Alto Alentejo tem potencialidades únicas (fotovoltaica e bioenergias);
 - Prioridade aos investimentos nas áreas do turismo, economia social, agricultura, indústrias alimentares e produtos tradicionais, requalificação do património e dos núcleos históricos, valorização ambiental.
- Relativamente aos objetivos específicos que a EIDT do Alto Alentejo assume (Matriz de Intervenção Territorial, pg.14 e ss.), evidenciamos aqueles que se encontram em perfeita sintonia com os objetivos propostos na EDL:
- Promover a qualificação dos recursos de património natural e cultural dos territórios do Alto Alentejo.
 - Estimular o trabalho conjunto e de proximidade entre Instituições de Ensino Superior/Unidades de I&D/Empresas/Entidades da Economia Social (oferta formativa e serviços de inovação)
 - Dinamizar a criação de um cluster agroalimentar que contemple a variedade de produtos com denominação de origem controlada
 - Estimular o desenvolvimento de empresas e produtores de produções endógenas numa lógica de fileira.
 - Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do Alto Alentejo
 - Potenciar os mecanismos de apoio às empresas do setor turístico.
 - Apoiar e incentivar as Organizações da Economia Social.
 - Potenciar e consolidar a experiência adquirida pelas estruturas de gestão e apoio técnico a nível local no âmbito da Abordagem LEADER.
 - Promover formas de articulação positiva com o trabalho de animação socioeconómica e territorial realizado no quadro da Abordagem LEADER.
 - Desenvolver iniciativas de cooperação transfronteiriça centradas em áreas temáticas convergentes com a valorização dos recursos;
 - Conceber e implementar um Pacto Territorial para Empregabilidade combinando o reforço da qualificação do capital humano com a dinamização do mercado de emprego e implicando, na estruturação do Pacto, a rede de atores regionais dos sistemas de educação/formação, economia/emprego e economia social /empreendedorismo e inclusão social.

Em relação às principais linhas de intervenção e entidades parceiras consideradas no âmbito da EIDT do Alto Alentejo (pg. 50 e ss.), realça-se a presença não só da Leadersor como de diversas entidades que se constituíram como suas Parceiras enquanto GAL, o que dá uma garantia acrescida de articulação entre as duas estratégias.

Realça-se, finalmente, que a presente proposta de EDL é igualmente coerente com as orientações do Portugal 2020 e Acordo de Parceria, e com os diversos programas setoriais: PDR 2020, PENT e diversos “Planos de Produto” do Turismo do Alentejo, Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo, Plano Nacional da Água 2002 (atualmente em revisão), PNUEA e Estratégia Nacional para a Energia 2020.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O Programa de Ação visa o crescimento e desenvolvimento sustentável, através da revitalização dos fatores dos quais depende a fixação das populações e da valorização dos recursos endógenos. A criação de novas fontes de rendimento e de geração de valor acrescentado, a criação sustentável de emprego e a sustentabilidade ambiental dos processos associados à criação de rendimento, valor e emprego são

especificamente visados. O caminho a percorrer deverá privilegiar a integração das atividades económicas de base agrícola e florestal, o turismo e a valorização dos recursos naturais, numa rede de fileiras que potenciem a promoção da qualidade dos produtos, a valorização dos seus produtos nos mercados locais, a diversificação das atividades nas explorações agrícolas, a valorização dos recursos naturais e culturais existentes, a criação de empresas locais que permitam preencher lacunas de mercado e a inovação em torno da tradição. Para o efeito foram definidos 4 Eixos Estratégicos: 1 - Desenvolvimento de fileiras agro e silvo industriais 2 - Promoção coesão social e territorial através da valorização dos recursos endógenos 3 - Promoção do empreendedorismo, do emprego e da criação de valor 4 - Desenvolvimento integrado da valorização dos recursos naturais, culturais e históricos através do turismo Cada um dos Eixos define Objetivos Estratégicos e indicadores de resultados já apresentados na página deste formulário intitulada "Caraterização do DLBC", no campo "Objetivos e vocação específica do DLBC". A EDL propõe-se ainda alcançar um conjunto de Objetivos Específicos, cujos resultados mensuráveis foram também apresentados na mesma página deste formulário. Finalmente, prevê-se um conjunto de Ações e Metas, a concretizar no âmbito das iniciativas apoiadas no âmbito dos Eixos/Medidas do PDR2020 e do Alentejo2020, que agora se apresentam. ACÇÕES FINANCIADAS pelo FEADER / PDR2020 / Medida 10 Leader / Ação 10.2 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas Projectos apoiados (nº) = 127 Empresas apoiadas (nº) = 120 Empregos criados (nº) = 20 Despesa pública envolvida (€) = 1.056.000 Investimento privado alavancado (€) = 1.900.800 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas Projectos apoiados (nº) = 17 Empresas apoiadas (nº) = 17 Empregos criados (nº) = 19 Despesa pública envolvida (€) = 1.002.375 Investimento privado alavancado (€) = 1.804.275 - Diversificação de atividades nas explorações agrícolas Projectos apoiados (nº) = 11 Empresas apoiadas (nº) = 11 Empregos criados (nº) = 13 Despesa pública envolvida (€) = 650.875 Investimento privado alavancado (€) = 1.171.575 - Criação de circuitos e cadeias curtas de distribuição e comercialização de produtos agrícolas Projectos apoiados (nº) = 3 Empregos criados (nº) = 4 Despesa pública envolvida (€) = 202.125 Investimento privado alavancado (€) = 363.825 - Promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais Projectos apoiados (nº) = 3 Empregos criados (nº) = 4 Despesa pública envolvida (€) = 202.125 Investimento privado alavancado (€) = 363.825 Produtos locais incluídos em ações de promoção (nº) = 10 - Renovação de aldeias Aldeias intervencionadas (nº) = 3 Despesa pública envolvida (€) = 99.250 Investimento privado alavancado (€) = 178.650 ACÇÕES FINANCIADAS pelo FEDER e FSE / PO ALENTEJO 2020 FEDER / PI6c – Eixo 8a - Expansão de pequenas e microempresas de base local, ou criação de empresas e pequenos negócios, designadamente para valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas FEDER / PI6c. - Eixo 8 - a) - Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO. - Modernização e dinamização de museus e de outros equipamentos culturais de divulgação do Património e de elevado interesse turístico - Organização e promoção de eventos com impacte internacional FEDER / PI6c. - Eixo 8 - b) - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação - Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos - Desenvolvimento de infraestruturas verdes, em meio urbano ou rural, incluindo o estabelecimento de corredores ecológicos, de forma a assegurar a proteção e, quando relevante, a reposição dos serviços dos ecossistemas, incluindo a fruição FEDER / PI6c. - Eixo 8 - c) - Promoção turística FEDER + FSE / PI 8iii - Eixo 5 - b) - Criação de próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho FSE / PI 8iii - Eixo 5 - b) - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras - Projectos de empreendedorismo social e promoção de startups sociais FSE / PI 9i - Eixo 6 - Animação territorial e inovação social - Desenvolvimento de abordagens integradas, de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações - Dinamização de ações intergeracionais (coaching intergerações) e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória - Inclusão social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada - Inclusão social de crianças, jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis - Promoção de inclusão ativa INDICADORES E METAS FEDER+FSE PARA 2023 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de auto emprego (nº) = 20 Postos de trabalho criados nas empresas apoiadas (nº) = 60 Empresas apoiadas (nº) = 58 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) = 50% Despesa pública FEDER envolvida (€) = 2.325.000 Despesa pública FSE apoiada (€) = 1.050.000 Investimento privado alavancado FEDER (€) =

4.185.000 Investimento privado alavancado FSE (€) = 1.890.000 Efeito multiplicador do investimento publico no investimento privado = 1,8 Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural a sítios beneficiários de apoio (%) = 10% Aumento de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (%) = 20%

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A EDL apresenta um conjunto de características que são determinantes para o seu sucesso: - é integrada e centrada nos aspetos dominantes representativos da identidade e recursos específicos do território (recursos naturais, atividades agrícolas, florestais e pecuárias, industria transformadora de produtos agrícolas, dimensão turística dos valores culturais e históricos) visando objetivos focados na criação sustentável de emprego, geração de valor e criação de riqueza, e sustentabilidade na utilização do uso dos recursos afetos a todas as atividades económicas; - visa, e por isso promove, um processo de desenvolvimento socioeconómico do território que justifica o conjunto de recursos que propomos que lhe sejam alocados (ver Plano Financeiro), garantindo-lhe viabilidade económica e sustentabilidade (ver Resultados Esperados); - assegura, como vimos anteriormente, a permanentemente a coerência com a estratégia de desenvolvimento territorial estabelecida para a NUT III Alto Alentejo, e é coerente com as orientações estratégicas setoriais. Uma vez que, neste mesmo Formulário, foram já devidamente definidos os Objetivos Estratégicos, os Objetivos Específicos e as Ações a implementar por cada Eixo/Medida dos PO que a financiam, bem como, para cada um dos níveis, os respetivos indicadores e metas, iremos neste ponto evidenciar, por cada Programa Operacional (PDR 2020 e Alentejo 2020) alguns aspetos específicos das Ações a implementar. PDR2020 - Pequenos investimentos na exploração agrícola e pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas Pretende-se privilegiar as iniciativas que promovam uma lógica de integração de fileira, assente nas matérias-primas produzidas localmente, com ênfase para as fileiras do pinhão, das hortofrutícolas (especial ênfase para o pêssego), e do borrego, e que acrescentem valor a captar pela região e promovam a criação de postos de trabalho. - Diversificação de atividades nas explorações agrícolas Especial atenção para atividades ligadas à produção de energias renováveis e ao contributo que possam dar para a valorização de recursos naturais, históricos e culturais através do Turismo, acrescentando-lhes valor e criando emprego duradouro. - Criação de circuitos e cadeias curtas de distribuição e comercialização de produtos agrícolas Especial ênfase para a criação de mercados locais, ao nível dos diferentes municípios, que assegurem o escoamento de parte da produção local, com a criação de emprego e a redução das emissões associada à consequente diminuição das distâncias percorridas. - Promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais Pretende-se privilegiar um conjunto de iniciativas que promovam os diversos produtos de qualidade reconhecida (DOP, IGP e DE) em novos mercados, associando-lhes a marca identitária do Alentejo. - Renovação de aldeias Entende-se constituir a oportunidade de apoiar algumas intervenções viradas para a recuperação de valores patrimoniais existentes em algumas das aldeias rurais existentes nos territórios. PO ALENTEJO 2020 As diversas ações apoiadas no âmbito do Alentejo 2020 revestem-se, para a região, de três preocupações essenciais: por um lado a criação sustentável de emprego, por outro a criação sustentável de valor a partir dos recursos endógenos e, finalmente, a garantia da inclusão social (FSE) e territorial (FEDER). É nestas preocupações que se entendem as diversas Ações e Metas já identificadas neste Formulário (e que no ponto seguinte se orçamentarão). Merecem aqui especial referência: - as iniciativas relacionadas com o património histórico e cultural, dada a particular riqueza dos territórios nesta matéria, incluindo-se aqui a intervenção em museus e outros equipamentos culturais; - as iniciativas relacionadas com a criação e requalificação de infraestruturas que promovam e valorizem o património natural (áreas classificadas), e que fomentem a sua valorização turística no respeito pelos valores naturais em causa; - a promoção turística dos diversos recursos endógenos, aqui com particular ênfase para o turismo equestre e para a valorização do polo de Alter do Chão que alberga a Coudelaria de Alter Real; - as iniciativas que promovam a criação de emprego, quer seja através da expansão de empresas de base local, quer seja através da criação de novas empresas (incluindo iniciativas que visem a criação de emprego por conta própria), que valorizem a exploração de recursos endógenos; - nas situações anteriores, privilegiar-se-á as iniciativas que visem a integração de desempregados ou inativos, bem como a ligação em rede de todas estas iniciativas de forma a potenciar os seus efeitos tanto na criação de valor como na criação de emprego; - a inclusão social, para além das dimensões já identificadas nas iniciativas geradoras de emprego, será promovida através do apoio a ações específicas incluídas na Prioridade de Investimento 9i do Eixo 6 do Alentejo 2020 (financiadas pelo FSE).

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	40,00	127,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	20,00	40,00	851 208,20€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Projetos apoiados	7,00	17,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	8,00	19,00	807 983,24€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	6,00	15,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	7,00	20,00	524 650,20€
99.M10 - LEADER	FEADER	Criação de circuitos e cadeias curtas de distribuição e comercialização de produtos agrícolas	Projetos apoiados	3,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	10,00	162 927,02€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	4,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	10,00	162 927,02€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	1,00	3,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	89 325,00€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Conjunto de Ações apoiadas pelo FSE no âmbito da PI 8.3	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	4,00	16,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	55,00	55,00	533 627,91€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Conjunto de Ações apoiadas pelo FSE no âmbito da PI 9.1	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	3,00	7,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	55,00	55,00	205 618,09€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Conjunto de Ações apoiadas pelo FEDER no âmbito da PI 8.8	Empresas que beneficiam de apoio	9,00	22,00	Postos de trabalho criados	5,00	26,00	1 328 101,60€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Conjunto de Ações apoiadas pelo FEDER no âmbito da PI 6.3	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	300,00	1000,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	20,00	60,00	135 379,40€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Todos os Eixos/Medidas financiados pelo FEDER				Efeito multiplicador das Estratégias do investimento público no investimento privado	0,90	1,80	1 463 481,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Conjunto de Ações financiadas no âmbito do FEADER (Leader)	Número total de explorações apoiadas no âmbito das Ações financiadas pela M10-LEADER (FEADER)	61,00	152,00				2 599 020,68€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 599 020,68€
FSE	739 246,00€
FEDER	1 463 481,00€
Total	4 801 747,68€

Pressupostos

1. Dotação disponível de cada um dos fundos (sem a componente nacional do OE) que, no caso FEADER, não inclui “Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede”, “Custos de Funcionamento e animação do GAL” e “Atividades de cooperação interterritorial com outros GAL” 2. Cenário financeiro resultante da afetação dos fundos à DLBC Leadersor2020 Bases: - peso da superfície dos territórios Leadersor na superfície dos territórios de todos os GAL do continente (3,2%) e na superfície dos GAL do Alentejo (8,9%) - peso da população dos territórios Leadersor na população dos territórios de todos os GAL do continente (0,8%) e na população dos GAL do Alentejo (5,2%) - para FSE e FEDER, média ponderada, utilizando como ponderadores o peso dos territórios e da população Leadersor nos territórios e população de todos os GAL do continente, atribuindo um peso de 50% a cada um dos ponderadores - valores base Leadersor: FSE = 864.383 € e FEDER = 1.756.250 € - o valor a afetar à EDL (FSE = 739.246 € e FEDER = 1.463.481 €), resulta do ajustamento aos objetivos propostos para cada ação e do processo negocial com a AG – Alentejo2020 - para FEADER, o valor de partida usou cálculo semelhante, utilizando os ponderadores de território e população relativos à totalidade dos GAL do continente; o valor de base obtido para dotação FEADER à EDL Leadersor foi de 2.601.950 €; - o valor de FEADER a afetar à EDL (FEADER = 2.599.020,68 €, acrescidos de 288.780,08 € de OE), resulta do ajustamento aos objetivos propostos para cada ação e do processo negocial com a AG PDR2020. 3. Restrições impostas à afetação de fundos a algumas das ações por cada programa operacional - Pequenos investimentos nas explorações e na transformação e comercialização - máximo 40% do montante de FEADER; - Renovação de aldeias máximo 10% das despesas FEADER; - Montante máximo (pg.298 do PO Alentejo, capítulo 4.1. da secção 4 – Desenvolvimento promovido pela comunidades locais) - ações relacionadas com a “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” não podem dispor de montantes financeiros superiores a 10% da dotação aprovada de FEDER para a respetiva EDL. 4. Limites ao investimento elegível - operações apoiadas pelo FEDER e FSE o investimento elegível terá como limite máximo 100.000 € por operação - operações apoiadas pelo FEADER, o investimento máximo elegível é de 200.000 €/operação, com exceção dos “Pequenos investimentos na exploração agrícolas” cujo limite máximo é de 25.000 €/operação - para estimativa do nº de projetos a apoiar, admitiu-se um montante médio de investimento elegível por projeto de 60% do valor máximo permitido 5. Resultados obtidos na execução dos programas Leader nos períodos de programação anteriores - cf documento anexo a este Formulário “Pressupostos orçamento, resultados, indicadores.pdf” 6. Resultados obtidos nos 6 concelhos do território, no âmbito da aplicação das Médias 111-C2, 112 e 142 do PRODER - cf documento anexo a este Formulário “Pressupostos orçamento, resultados, indicadores.pdf”

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

1. Promoção de condições estruturais que aumentem a disponibilidade de água para um regadio sustentável
Esta área temática ganha particular relevância à luz do “Projeto de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato. É uma área temática que beneficia de um vasto leque de estudos e avaliações desenvolvidas ao longo de mais de 50 anos.

Pretende-se contribuir para a elaboração do Projeto de Execução deste empreendimento, a tempo de o poder candidatar no âmbito da Ação 3.4 – Infraestruturas coletivas, do PDR2020.

Esta é uma área temática que vai ao encontro do conteúdo das orientações estratégicas assumidas na “Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alto Alentejo2020”, uma vez que as áreas a beneficiar se localizam num conjunto de concelhos que ultrapassam os territórios de influência da Leadersor.

Esta iniciativa de cooperação interterritorial será desenvolvida em conjunto com a ADER-AL, e as ações a realizar incluem ainda reuniões de trabalho, estudos necessários à justificação dos objetivos e ações mediáticas tendo em vista a colocação do tema na agenda política.

Objetivo 1 – Elaboração do projeto de execução do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato;

Meta 1 – Projeto elaborado até 2018

Objetivo 2 – Submeter uma candidatura do projeto ao PDR 2020; Meta 2 – Submissão em 2018

Mais-valias para os territórios

O contributo do desenvolvimento desta área temática para os territórios afigura-se-nos essencial e muito claro. Com efeito, a construção deste Aproveitamento irá permitir uma expansão da área regada no perímetro beneficiado, em condições mais eficazes e sustentáveis. Será, assim, possível promover em simultâneo, uma maior competitividade (e maior expressão territorial) das atividades agrícolas na base das quais se pretende promover o desenvolvimento de fileiras alimentares, e uma maior resiliência destes territórios e das suas populações.

2. Promoção das culturas proteaginosas

Face ao crónico défice de disponibilidade de proteína para alimentação animal que se verifica em Portugal e que obriga a importações massivas de bagaço de soja e de outros recursos proteicos pela indústria de alimentos concentrados para animais, tendo em consideração a possibilidade de introdução de culturas de leguminosas para a produção de grão nos sistemas de produção agrícola do Alto Alentejo, pretende-se estabelecer uma parceria entre as Associações de Desenvolvimento Local (Leadersor e ADER-AL) e a Estação Nacional de Melhoramento de Plantas de Elvas que possibilite organizar ações de fomento e apoio técnico à divulgação daquelas culturas.

Objetivo 1 – Obtenção de sementes de proteaginosas de variedades geneticamente melhoradas; Meta 1 – obter variedades adequadas até 2018

Objetivo 2 – Semear uma área significativa de proteaginosas; Meta 2 – Alcançar 1.000 hectares em 2020

Objetivo 3 – Constituição de um Agrupamento de produtores; Meta 3 – Agrupamento constituído em 2023

Mais-valias para os territórios

As mais-valias para os territórios são muito significativas. Trata-se de acrescentar soluções agronómicas que ficarão à disposição dos agricultores para serem incluídas nas rotações praticadas. Adicionalmente, e dada a importância que a atividade pecuária extensiva tem para todo o Alto Alentejo, esta iniciativa consubstanciará um contributo assinalável para reduzir a dependência das fontes proteicas tradicionais (importações).

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A Leadersor é uma entidade de direito privado, constituída por um conjunto de parceiros associados, cujo número e características foram atrás referidos. Os seus órgãos sociais são compostos por uma Direção, uma Assembleia Geral e um Conselho Fiscal, cujas competências e funções são as que constam dos respetivos estatutos. Enquanto entidade gestora de programas financiados pelas iniciativas LEADER anteriores, e candidata a entidade gestora desta DLBC-Rural, existe ainda um Órgão de Gestão (OG), eleito pela Assembleia Geral, cujas competências estão definidas no Regulamento Interno, e uma Estrutura Técnica Local (ETL) que lhe presta apoio técnico.

A organização e os recursos da Leadersor assentam num conjunto de circuitos que garantem, por um lado, a participação ativa de todos os membros da parceria e, por outro lado, a segregação entre funções técnicas e

de decisão. Estes circuitos, que assentam essencialmente no OG e na ETL, e que se descrevem abaixo, poderão ser ajustados fruto da sua atividade futura, ou do aparecimento de normativos legais aplicáveis. O OG é o órgão executivo da EDL, nomeado e exonerado pela Assembleia Geral, competindo-lhe executar a EDL e manter informados os parceiros e a população local do impacto da implementação da EDL. Tem, assim, por competência essencial garantir a dinamização e a gestão da parceria. Para o efeito, envolve os parceiros na conceção inicial da EDL e na sua implementação, acompanhamento e avaliação. Esta avaliação decorre ao longo de toda a vida da EDL, sem prejuízo da avaliação ex-post formal. É ao Órgão de Gestão que cumpre aprovar as candidaturas aos apoios existentes para a concretização da EDL, em estreita articulação com a ETL que acompanha as suas reuniões.

A ETL, no âmbito das suas funções, implementa os seguintes procedimentos:

- Elabora as propostas dos avisos de abertura de concurso referentes às medidas e ações que constituem a EDL, definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da EDL, e submete-as à aprovação do Órgão de Gestão;
- Emite pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando o cumprimento das portarias regulamentadoras e os critérios de seleção definidos para cada concurso;
- Procede à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas e ações, bem como sobre a execução da EDL, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- Procede às verificações físicas ao local dos projetos, a fim de verificar a realização do mesmo;
- Analisa os pedidos de pagamento apresentados, verificando para o efeito a realidade e veracidade das despesas declaradas, a elegibilidade dos documentos justificativos da despesa declarada, cumprindo com as normas regulamentadoras e o cumprimento dos termos e objetivos para o qual o pedido de apoio foi apresentado e concedido.

- Elabora, anualmente, o relatório anual de execução da EDL, para ser aprovado e enviado à Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais que financiam a DLBC no prazo de três meses a contar do fim de cada ano civil de execução. No final do programa a ETL elaborará um relatório final de execução da EDL. Adicionalmente a Leadersor tomou a iniciativa de congregar em torno da Parceria um conjunto de entidades diversas com quem celebrou protocolos específicos, criando o Conselho Consultivo Alargado de Parceiros. Este órgão, de caráter meramente consultivo, tem por objetivo criar um fórum alargado no qual sejam discutidos periodicamente os diversos assuntos relacionados com a EDL, aportando-lhe assim o valor acrescentado de visões externas e garantindo a coerência permanente da EDL com as diversas estratégias regionais, sub-regionais e setoriais.

Para além dos órgãos e circuitos mencionados, os procedimentos formais da Leadersor estruturam-se ainda em torno dos seguintes serviços (alguns em regime de outsourcing): serviço de assessoria e controlo de gestão, serviço de contabilidade, serviço de apoio jurídico, serviço de apoio para verificação de pedidos de pagamento (credenciado pelo IFAP), serviço de apoio informático, serviço de engenharia (verificações físicas).

Os procedimentos e circuitos de análise, parecer e decisão das operações e dispositivos técnico-administrativos para análise e seleção de projetos são os seguintes:

Abertura de concursos
Receção dos pedidos de apoio (PA)
Validação dos PA
Modelo de análise dos PA
Emissão de parecer sobre o PA
Validação do parecer
Hierarquização dos PA submetidos a concurso
Procedimento de Audiência Prévia
Relatório final de análise dos PA
Decisão sobre os PA
Confirmação da dotação orçamental
Situação dos PA
Mecanismo de pré-contratação
Comunicação às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais
Gestão e tratamento documental
Submissão de Pedidos de Pagamento
Análise do Pedido de pagamento
Pagamentos

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

A Leadership propõe-se levar a cabo mecanismos de avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local que garantam dois propósitos fundamentais:

- em primeiro lugar, que disponibilizem atempadamente, ao longo do período de vigência da EDL, informação relevante para a introdução dos ajustamentos que venham a revelar-se necessários ao seu sucesso; estes ajustamentos poderão ter que ocorrer quer ao nível da tipologia das acções previstas neste documento, quer ao nível dos seus objectivos e condicionantes;
- em segundo lugar, uma avaliação completa acerca da “bondade efectiva” desta EDL, tanto ao nível do valor absoluto dos seus objectivos, como ao nível do seu efectivo contributo para a concretização das estratégias supra-regionais e sectoriais, como ainda ao nível da adequação dos projectos apoiados para que esses mesmos objectivos tenham ou não sido atingidos.

Com estes dois propósitos em mente, propomo-nos concretizar outros tantos mecanismos de avaliação, seguindo as melhores práticas em matéria de avaliação de programas de desenvolvimento local e regional. Realçamos, no entanto, que o que agora se propõe deverá sempre ser ajustado a orientações que venham a ser emanadas das Autoridades de Gestão dos dois Programas Operacionais (PDR 2020 e Alentejo 2020) ou das respectivas tutelas.

1 - Avaliação on-going da implementação das diversas Medidas e Acções preconizadas, a efectuar ao longo do período de implementação da EDL, e visando disponibilizar elementos que permitam introduzir nela os ajustamentos (tanto ao nível das acções como dos objectivos) que venham a revelar-se adequados e necessários.

Esta primeira modalidade de avaliação utilizará essencialmente dois tipos de informação:

- Conjunto de indicadores de monitorização (quer de realização quer de resultado) das diversas medidas e acções, que foram atrás definidos;
- Informação recolhida periodicamente a partir dos diversos projectos que forem aprovados no âmbito dessas mesmas medidas e acções. Para este efeito propõe-se a criação de uma ficha de monitorização de cada projecto, que deverá conter toda a informação necessária à valoração, em cada momento, do conjunto de indicadores de monitorização atrás referidos.

A ficha de monitorização de cada projecto deverá ser preenchida pelo promotor com periodicidade semestral, e enviada ao Órgão de Gestão que, com essa mesma periodicidade, promoverá uma avaliação que contrastará o valor dos indicadores de monitorização nesse momento com os “valores meta” já anteriormente definidos.

Uma vez que os “valores meta” destes indicadores de monitorização estão articulados com os “indicadores de realização” dos Programas Operacionais que financiam a EDL (PDR 2020 e Alentejo 2020), bem como com os da Estratégia da CIM do Alto Alentejo), será possível, com uma periodicidade semestral, propor os ajustamentos adequados à estrutura e condicionalismos das diversas acções e/ou ao ajustamento dos respectivos objectivos. A proposta destes ajustamentos deverá figurar em relatórios de avaliação intercalar a elaborar pelo Órgão de Gestão, relatórios estes que deverão, após aprovação da Direcção, ser remetidos para discussão e aprovação da Assembleia Geral. Sempre que possível, deverá ser ouvido o Conselho Consultivo Alargado de Parceiros.

As propostas que venham a ser aprovadas pela Assembleia Geral deverão depois ser implementadas pelo Órgão de Gestão, seguindo para o efeito os mecanismos legais e normativos que venham a estar definidos para o efeito, com o acompanhamento próximo das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais que suportam a EDL.

2 - Avaliação ex-post, a efectuar após o encerramento formal do programa, visando emitir um juízo de valor sobre a “bondade de facto” dos objectivos visados pela EDL (nomeadamente no seu contributo para alcançar os objectivos de nível superior das estratégias suprarregionais e sectoriais) bem como a efectiva adequação das Medidas e Acções implementadas para prosseguir esses mesmos objectivos.

Esta avaliação seguirá uma das metodologias estabelecidas para a avaliação de Programas de Desenvolvimento Regional e Local, contrastando, através dos indicadores mais apropriados, os resultados efectivamente alcançados com os indicadores de resultados que espelham os objectivos visados aos diferentes níveis.

Tendo em mente estes diferentes níveis de objectivos, a avaliação terá em conta:

- os indicadores e metas específicos da EDL;
- os indicadores e metas que orientam, no âmbito das DLBC, o PDR2020 e o Programa Operacional Alentejo 2020;

- os indicadores da EIDT do Alto Alentejo;
- os indicadores de programas sectoriais (turismo, energia, água, etc...) com que a EDL proposta procurou articular-se à priori.

Os desvios apurados serão, sempre que significativos, ser interpretados e explicados com base nos seguintes elementos:

- menor aderência e adequação das medidas e acções ao tecido económico e social existente e à sua evolução ao longo do período de implementação da EDL;
- desadequação dessas mesmas medidas e acções aos objectivos inicialmente propostos;
- desadequação dos objectivos propostos.

Igualmente relevante será a inclusão, neste processo de avaliação, dos resultados da avaliação on-going e dos ajustamentos que a EDL venha a sofrer em função dessa mesma avaliação.

Reafirma-se, uma vez mais, que os mecanismos previstos deverão ser ajustados às orientações e normativos que venham a ser produzidos sobre esta matéria pelas AG do PDR 2020 e do PO Alentejo 2020, ou pelas respectivas tutelas.

De referir ainda que a Leadersor recorrerá à contratação de serviços de uma entidade idónea e independente para promover o processo de avaliação final (ex-post) e para auditar os processos de avaliação on-going, garantindo assim total transparência nestes processos.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Protocolo de parceria	Protocolo de Parceria_ActasAG.pdf	24/07/2015 15:03	210070404
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-014.pdf	15/09/2015 17:30	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-014.pdf	20/11/2015 18:49	
Outros	Protocolo específico de cooperação Turismo do Alentejo.pdf	24/07/2015 14:51	210070404
Outros	Pressupostos orçamento, resultados, indicadores.pdf	24/07/2015 12:59	210070404
Outros	Escritura_Leadersor.pdf	24/07/2015 14:49	210070404
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-014.pdf	24/07/2015 17:35	210070404
Outros	AcordoDLBC2020 entre GAL - RegiaoAlentejo.pdf	24/07/2015 14:46	210070404
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo - Orgao de Gestao e ETL.pdf	24/07/2015 14:41	210070404
Outros	Estatutos da Leadersor.pdf	24/07/2015 14:50	210070404
Outros	Regulamento_Orgão de Gestão.pdf	24/07/2015 14:51	210070404

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	LEADER-SOR-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR	NIF	502604131
Submetido por	JOÃO LUIS MARTINS DE SOUSA JORDÃO	NIF	210070404
Data de Submissão	20-11-2015		